



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF. 20 DE JUNHO DE 1997

Senhor General Comandante da Escola Superior de Guerra, Expedito Hermes Rego Miranda; Senhores estagiários da Escola Superior de Guerra; Senhoras e Senhores,

É a terceira vez que recebo os membros do corpo permanente e os estagiários da Escola Superior de Guerra em viagens de estudos. E vejo, mais uma vez, com satisfação, que aqui há uma mescla de militares e de civis, todos eles unidos para, através de cursos intensivos, validarem suas idéias. E estão todos envolvidos nos trabalhos que se desenvolvem nessa Escola.

Essa Escola tem uma importância muito grande, não só porque engaja vários setores da sociedade, como porque engaja num tema que é importante, que é o tema da Defesa Nacional. Temas muito afins com esse currículo eu próprio transformei em premissa de uma política que anunciei no ano passado, em que nós dávamos a diretriz no sentido de que houvesse compreensão dos problemas de Defesa Nacional que não se restringisse às escolas militares, mas que fosse um esforço de reflexão do conjunto do País.

Nós não podemos, nos dias que correm, deixar de considerar o problema global do desenvolvimento do Brasil, das implicações desse desenvolvimento e das responsabilidades que civis e militares temos, em conjunto, em termos da defesa do País.

E, nesse sentido, como faço habitualmente, gostaria de aproveitar esta oportunidade para discutir com os senhores, de maneira direta e franca, como é do meu jeito, alguns aspectos importantes dos rumos do Brasil, e dos rumos do Brasil neste mundo tão cambiante dos dias que correm, de tal maneira que, de viva voz, eu possa lhes transmitir o pensamento que tenho e, portanto, as diretrizes, também, do Governo; e, senão as diretrizes, em certos momentos, as análises que o Governo faz a respeito do momento atual.

Se me permitem dizê-lo, do ponto de vista mais geral, aquilo que tem marcado o desenvolvimento contemporâneo é o fato de que nós estamos diante de uma situação em que existem forças econômicas que operam em nível global, planetário, e o poder político não se desenvolve da mesma maneira.

Há uma espécie de contradição no fato de que, queiramos ou não, o influxo das decisões econômicas alcança todo o planeta e se desdobra em nível planetário. E mesmo o controle das decisões é um controle de decisões que se dá em um nível muito extenso, no planeta, mas nós não dispomos de uma autoridade mundial. As autoridades são nacionais, a ordem política é uma ordem nacional.

É claro que nós dispomos, desde o fim da Segunda Guerra e depois das tentativas havidas no final da Primeira Guerra Mundial, de alguns órgãos de consulta de nível internacional, alguns, até, com certa capacidade de legitimar decisões que são, mesmo, de interferência em Estados nacionais, como é o caso do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Não obstante, a velocidade com que se procedeu a essa globalização foi tamanha, que as instituições jurídico-políticas não acompanharam tudo o que estava ocorrendo. E as instituições criadas no fim da Segunda Guerra Mundial, quando foi feita a Organização das Nações Unidas, as instituições que devem lidar com o econômico e com o social, ficaram muito aquém dos desafios atuais.

Isso vale para todos os grandes órgãos, vale para o Fundo Monetário Internacional, cuja função passou a ser, na verdade, muito mais a de olhar para a liquidez dos sistemas nacionais, para permitir que houvesse o fluxo de comércio e, mais especificamente, para permitir que os que vendem tenham de volta o seu pagamento. Portanto, olha sempre com atenção maior a situação interna dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento do que a dos países desenvolvidos.

Isso vale para instituições tipo Banco Mundial, que ficaram muito aquém das aspirações sociais e econômicas de que houvesse uma melhor distribuição dos ganhos de produtividade pelo mundo afora. Os orçamentos dessas organizações são pequenos para o tamanho da tarefa. Basta dizer que o nosso BNDES dispõe de um orçamento que, no que diz respeito à América Latina, é o dobro ou mais que o dobro do orçamento do Banco Mundial. E, mesmo em termos globais, eles se equiparam. O BNDES tem tantos recursos para investir quanto tem o Banco Mundial. Isso é uma medida da fragilidade do Banco Mundial para se contrapor ao subdesenvolvimento, para tentar mobilizar energias por maior igualdade entre as nações.

E esse é um problema que está posto, que não vai se resolver de maneira imediata, mas continua sendo um desafio. Não existe uma força jurídico-política, de alcance mundial, que controle decisões. Mas existem forças econômicas que são capazes de provocar, por sua ação, efeitos em nível planetário. No máximo, as forças políticas, o que conseguem, quando conseguem, são ações pontuais e muito custosas. E o Brasil até ajuda em algumas delas, que são as intervenções das Nações Unidas em caso de conflitos considerados desafiadores da ordem internacional.

Ao lado disso, dessa grande, digamos, diretriz, há o problema dessa organização internacional. E problema sério. E tanto mais sério quanto o capital financeiro, hoje, tem uma velocidade e um montante incomparáveis com os de qualquer outro momento da História. Tanto a velocidade quanto o montante são incríveis. Nós devemos ter, hoje, um trilhão de dólares flutuando no mundo, que a cada dia mudam de mão através de mecanismos de telemática. É uma coisa de uma rapidez

enorme. E não existe, em nenhum Banco Central, nem sequer no BIS, que é o *Bank of International Settlements*, o Banco Central dos Bancos Centrais, poder de controle sobre essa massa de recursos que flutua e que, de vez em quando, aterrissa num país ou noutro e pode provocar, quase como se fosse um furacão ou um ciclone, uma grande desorganização das economias locais. E não existem mecanismos de controle desse processo.

Isso é alguma coisa preocupante, e o Governo do Brasil tem insistido junto a outros governos, notadamente ao grupo dos chamados G-7, que agora são G-8, em que é preciso buscar algumas fórmulas que minimizem os efeitos eventualmente negativos que esses recursos financeiros possam ter no desenvolvimento de cada país específico.

Bem, o fato é que, diante dessa situação, dessa globalização, couberam poucas alternativas aos países emergentes, senão apenas a de buscar uma inserção nessa nova ordem internacional. E eu mencionei o aspecto financeiro, que tem consequências também muito fortes no que diz respeito à produção, ao sistema produtivo, às novas tecnologias, à complementação dos sistemas produtivos, que não se desenvolvem mais no âmbito de um só país, mas que se desdobram num conjunto de países.

E não cabe muita alternativa, senão a de buscar uma estratégia de inserção a mais soberana possível, ou seja, que, dado que o poder é nacional, dependa, dentro do limite do possível, de um conjunto de medidas que se tomem internamente.

Nessa direção, o processo do Brasil, de reorganização da sua atividade produtiva, para que ela possa fazer face a esse desafio contemporâneo, partiu do que se chama abertura da economia. Essa abertura vem do começo dos anos 90. Evidentemente, o Brasil nunca foi uma economia totalmente fechada, mas razoavelmente fechada.

Quando se vê, até hoje, a proporção da exportação e importação sobre o Produto Interno Bruto, sobre o PIB, a nossa ainda é bastante moderada. Nós devemos estar – vamos dar os dados do ano passado – ao redor de 100 bilhões de dólares, ou de reais, nas duas direções, exportação e importação; e o nosso produto é da ordem de 700 bilhões. Portanto, nós ainda temos uma economia razoavelmente fechada,

quando se pensa que um país como a França deve estar beirando 30% do seu PIB, em termos de transações comerciais internacionais, e a Alemanha mais do que isso.

Mas o Brasil é um país continental, como os Estados Unidos, como a Índia, como a China. Naturalmente, nunca vamos chegar, suponho eu, a uma situação equivalente à desses países que não tenham um mercado interno do tamanho dos nossos e com a atratividade dos nossos.

De qualquer maneira, houve um processo de abertura. E esse processo de abertura poderia trazer algumas consequências negativas, se medidas não fossem tomadas para compensá-las. Naturalmente, aqui eu me refiro ao fato de que isso requer uma intensificação da nossa capacidade de competição; portanto, um aumento da nossa capacidade tecnológica, da nossa capacidade de aumentar a nossa produtividade; requer investimentos na área de ciência e tecnologia; requer que as empresas se conscientizem de que não apenas o Governo tem que fazer investimentos, mas elas próprias têm que fazer investimentos. Isso requer, também, uma alteração da própria concepção da ação do Estado frente ao processo produtivo – e já me referirei a isso.

E, nesse processo de reorganização de todo esse conjunto da nossa economia é que entra também o processo de privatização, porque o vulto dos capitais hoje requeridos para que possamos fazer frente aos desafios já mencionados é muito grande. E, sabidamente, no caso dos países em desenvolvimento, a capacidade que os Estados têm, hoje, de investir, é menor, porque eles estão sendo chamados, crescentemente, a fazer gastos na área de pessoal, na área de saúde, na área da educação, de ciência e tecnologia, e assim por diante.

Estamos, cada vez mais, convivendo com sociedades abertas, democráticas, que também impõem limites à capacidade do Estado de aumentar impostos. Então, é muito difícil, não aumentando impostos, fazer face aos desafios de um investimento que se deseja crescente, para que o País, no seu conjunto, possa enfrentar esse novo momento da História Mundial.

Nesse sentido é que se colocou a questão das privatizações, como mecanismo de acelerar, por um lado, o investimento, atraindo capitais

privados para certas áreas que estavam, antes, na mão do Estado; e, por outro lado, para desanuviar o Estado da sua incapacidade de fazer frente ao conjunto dos seus gastos, porque algumas dessas atividades, diretamente produtivas, consumiam mais recursos do que o Estado estava à altura de poder viabilizar.

Evidentemente, aí, haveria um certo risco de desnacionalização e, sobretudo, diz-se, de desnacionalização em setores estratégicos. Na verdade, isso é um tanto um mito, porque, no caso do Governo brasileiro, as medidas tomadas foram adequadas para evitar que isso ocorresse.

Quando se olham os dados relativos aos processos de privatização, vai-se verificar que houve uma grande mobilização de capitais nacionais. E, nessa mobilização de capitais nacionais – o que eu acho que é um fato auspicioso, e deve ser crescente –, o setor dos empregados e operários aumentou muito a sua participação. Os fundos de pensão, hoje, têm recursos líquidos disponíveis em grande proporção. E não apenas os fundos de pensão do setor estatal, mas, crescentemente, os fundos de pensão do setor privado, da mesma maneira, começam a participar.

E o Governo tomou medidas – algumas estão ainda no Congresso – para a criação de novos mecanismos de capitalização de fundos de pensão que assegurem à pessoa que se junta a eles uma expectativa correta de que vai receber a pensão; e, por outro lado, que permitam que o próprio indivíduo selecione em que fundo vai aplicar, de tal maneira que ele não seja vítima da manipulação de fundos incompetentes ou, mesmo, alguns, fraudulentos. Isso tudo está sendo corrigido, porque a grande massa de recursos privados, hoje, vem dos fundos de pensão. E virá crescentemente, como vem nos Estados Unidos, como vem na Europa.

Nesse momento da privatização, o que aconteceu foi que houve a mobilização de muitos desses fundos, junto com o capital nacional. E, quando se verifica a proporção de capital estrangeiro entrado nas privatizações, ela é importante, mas não é majoritária.

Mesmo no caso que foi mais discutido, que é o da Companhia Vale do Rio Doce, em que se dizia que haveria, aí, uma transferência de controle do País para o exterior, não foi o que aconteceu. O controle

continua não apenas nacional, como há aumento da participação do setor dos empregados, através dos fundos de pensão dos próprios empregados da Vale do Rio Doce, de empregados de outras companhias estatais, de setores privados e do BNDES.

E, obviamente, também, no caso específico da Vale do Rio Doce, os cuidados foram tomados, de tal maneira que o recurso do subsolo não pertença a nenhuma companhia, continue pertencendo ao Estado brasileiro. E, nos próprios editais de privatização, depois de discussões no Senado, ficou bastante claro que, quanto às eventuais jazidas que vêm a ser descobertas, o Estado, o Governo vai participar dos resultados delas na mesma proporção em que participava anteriormente, ou seja, com metade, com 50%. Através de uma associação entre o BNDES, que é 100% do Governo, com a nova Vale do Rio Doce, qualquer descoberta nova será, da mesma maneira, benéfica para o Tesouro, para o Erário. E as jazidas em exploração darão, também, dividendos ao Governo Federal da mesma maneira. Vai ser uma proporção de *royalties*.

Portanto, as questões, no Brasil, não foram tratadas sem a preocupação de verificar os efeitos do processo de internacionalização, ou melhor, de abertura da economia, de participação crescente de capitais estrangeiros nas empresas. Pelo contrário: foram tomadas dessa maneira.

Obviamente, eu dei o exemplo que foi mais discutido e, ao meu ver, impropriamente discutido, com muitos pré-julgamentos sobre o que estava sendo feito. Mas a realidade acaba por se impor, e, em pouco tempo, o País vai verificar que o que aconteceu foi um processo cuidadoso, tanto no mecanismo pelo qual se fez a privatização como no que diz respeito à abertura.

Isso não significa que nós não tenhamos que modificar profundamente a estrutura do Estado brasileiro. Nós estamos fazendo essas modificações na estrutura do Estado brasileiro.

Numa certa fase do nosso crescimento, o Estado, necessariamente, era um Estado produtor. Ou ele se jogava como um Estado, um governo, capaz de fazer fundos de acumulação de recursos, para investir esses recursos e para, inclusive, criar ou trazer tecnologias, ou não haveria quem o fizesse. Aqui, portanto, não vai um julgamento da História. No

momento oportuno, o que foi feito, em termos de um Estado capaz de abrir a siderurgia, de abrir a petroquímica, de abrir o petróleo, era absolutamente necessário ser feito, e assim foi feito.

Ocorre que, pelas razões já ditas, essa capacidade toda se fez através de impostos. E hoje nós estamos num momento em que falar de aumentar imposto é quase uma condenação, de antemão, à negativa. Mesmo quando se trata de imposto para a saúde, a dificuldade que o Governo tem, de fazer com que a sociedade aceite que haja um imposto adicional é enorme. Imaginem explicar que nós precisamos de mais recurso para um investimento produtivo desse ou daquele tipo.

Então, o Estado não pode imaginar que ele vai substituir a sociedade, no processo produtivo direto. Isso não o inibirá de continuar atuando em linhas de avançada, nem o inibirá da sua necessidade de investimento na infra-estrutura, de estradas, de portos, de energia, do que seja; mas, sempre que possível, buscando, através de fórmulas de parceria, de concessões de serviços públicos, capitalizar os recursos existentes nas mãos da sociedade civil, de tal maneira que possam ser orientados para a realização daquilo que é essencial e necessário.

E, tampouco, significa que o Estado possa abrir mão de qualquer área. A área de petróleo, por exemplo: não é minha opinião que ela deva ser privatizada, embora seja minha opinião, como já foi aprovado pelo Congresso, que haja uma abertura, para que haja concorrência, para que se possam baixar os custos e para que se possa, com mais rapidez, alcançar uma auto-suficiência em petróleo. E basta pensar que nós importamos, hoje, mais ou menos 5 bilhões de reais, ou de dólares, por ano, de petróleo. No momento em que nós pudermos não importar 5 bilhões, muitas das aflições da balança comercial desaparecem. Para não importar 5 bilhões, nós precisamos aumentar o investimento. E, outra vez, esse aumento, não havendo recursos suficientes, internos, tem que ser feito através de investimentos externos. Mas, creio eu, nessa área, convém manter uma alavanca nas mãos do Governo, porque se trata de uma área, aí, sim, que tem importância estratégica – diferentemente da Vale do Rio Doce, cuja tecnologia ou cujo valor estratégico é muito limitado, porque é uma empresa que já não era monopolista; há

várias que fazem a mesma coisa aqui, no Brasil, algumas até totalmente estrangeiras. Basicamente, é uma excelente empresa de transporte de minério, portanto, de pedra, que entra num vagão, vai para um porto e vai embora, e nem se agrupa valor a esse processo. Não são coisas da mesma natureza.

Mas o Governo brasileiro tomou decisões muito mais audaciosas, por exemplo, no que diz respeito à Embraer, que, essa, sim, é uma empresa que agrupa valor, de alta tecnologia, e foi privatizada.

E eu era Ministro da Fazenda, fui, primeiro, senador e me recordo de que, junto com o Senador Mário Covas, de São Paulo, insistimos muito para que houvesse um aporte de recursos à Embraer. Foram dados quase 500 milhões de dólares. Pouco tempo depois, e a continuava em grandes dificuldades. Mais adiante, o Ministro Lélio Lobo propôs – e aí eu era Ministro da Fazenda – a privatização com uma *golden share*, uma cláusula de controle, que foi feita.

E hoje estamos vendo que, graças ao empenho conjunto da Embraer e do Governo, conseguimos vender, de uma maneira muito expressiva, aviões feitos aqui, com boa tecnologia, num processo que mostra o dinamismo que pode ser dado a essas empresas quando elas são competentes e o Governo tem o discernimento de fazer o que é necessário, embora possa, eventualmente, aqui e ali, não ter a compreensão, num dado momento, do que esteja ocorrendo.